

O Perfil do Negro Pós-Moderno

Black People in Postmodern Times: A Profile

Antônio Carlos Cardoso Alves

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo, traçar o perfil do negro pós-moderno. Isto será alcançado através da análise dos diversos processos históricos de discriminação sócio-raciais, bem como das formas pelas quais os negros vem adaptando sua cultura, modificando-a e instaurando, de maneira inconsciente, processos de esquecimento. Estes, embora pareçam estágios normais na integração étnica dos povos, revelaram-se, no Brasil, bem mais do que ocorrências casuais. Retratam a participação do estado que, de forma pensada, estabeleceu nítidos processos discriminatórios que até hoje persistem na vida brasileira. Considerando os pressupostos avaliados, conclui-se que o negro brasileiro ainda não adquiriu maturidade suficiente para superar as barreiras históricas, o que só será possível através do resgate de sua história bem como a adoção de um posicionamento menos ambíguo ante a sociedade.

Palavras-chave: Negro; história; integração.

ABSTRACT

The aim of this work is to trace a profile of the Black people in postmodern times. This will be done through the analysis of a number of historical processes of socio-racial discrimination. Another relevant feature to be pursued refers to the different ways in which Black people have redefined their cultural heritage, changing important things and, unconsciously, provoking the loss of their own cultural memory. Such phenomena might be taken as natural stages in the process of ethnic integration. In Brazil, however, other elements must be taken into account, such as the clear intervention of the State in its rational intention of establishing discriminatory processes that persist, to this day, in our daily life. At the end of the research it is established that Brazilian Black people have not yet reached the stage of maturity necessary to overcome such historical barriers. The conclusion is that two elements are necessary for this process to come to a successful term. The first is the retracing of the cultural memory that has been erased. The second is the adoption of a less ambiguous behavior, on the part of Black people, when facing our contemporary social environment.

Key words: Black; History; Integration

A posição que o negro vem ocupando no cenário do país, a sua quase imobilidade tem sido motivo para que se atribua à etnia rótulos calcados em modelos que referenciam modos de vida desabonadores. Estes posicionamentos

não levam em conta os processos pelos quais os afrodescendentes brasileiros passaram e vêm passando. A história revela dispositivos bem claros de condicionamento, o que tem condenado não só os negros, mas uma grande parte das

Antônio Carlos Cardoso Alves é aluno do quinto semestre do Curso de Letras da Universidade Luterana do Brasil. E-mail: antonioalves@tcheweb.com.br
Trabalho executado sob orientação do professor Dr. Odiombrar Rodrigues. Apresentado como comunicação no 1º Seminário Internacional de Línguas e Literaturas Modernas em setembro de 2000 na ULBRA/Canoas.

Textura	Canoas	n. 4	1º semestre de 2001	p. 97-104
---------	--------	------	---------------------	-----------

populações dos países subdesenvolvidos à condições sub-humanas no que se refere à vivência psicossocial.

Para que se possa identificar os fatores que determinam o perfil do negro pós-moderno é necessário que se faça uma busca histórica. Esta nos revela bem mais do que um simples “preconceito” remete-nos a um processo pelo qual o homem vem, através dos tempos, procurando determinar, selecionar e separar os iguais definindo características que possam ser levadas em conta na seleção dos melhores. Os fatos, se olhados de forma coerente, podem sensibilizar os afrodescendentes levando à modificação de sua forma de ver o preconceito, já que antes de manifestar-se étnico é eminentemente social.

Em termos históricos, podemos considerar que o domínio econômico das civilizações antigas desencadeou a construção de processos de segregação. A mais antiga referência neste sentido é encontrada em um marco mandado erigir pelo Faraó Sesoris III (1887-1849 a. C), acima da segunda catarata do Nilo. Nele encontramos as seguintes inscrições:

Limite sul. Erigido no ano VIII ano do reinado de Sesoris III, Rei do Alto e Baixo Egito, o qual viverá através das idades. Nenhum negro atravessará este limite por água ou por terra, de navio ou com seus rebanhos, salvo se for com propósito de comerciar ou fazer compras. Os negros que atravessarem para este fim serão tratados com hospitalidade, mas proibido-se a todo o negro, em qualquer caso, descer o rio além de Heh. (Juan Comas - 1970)

Esta referência tem conotações muito claras. Visa, primeiramente, a proteção territorial e econômica da região, mas de forma bem contundente, faz referência a uma determinada etnia, impondo-lhe regras rígidas e um tipo físico e de características. Percorrendo ainda a história chegamos ao mundo clássico. Nele, encontramos civilizações que desenvolveram e aprimoraram formas de vida que hoje conhecemos. Os Gregos, através da sua colonização, estabeleceram critérios que até hoje são mantidos. Aristóteles, com o intuito de afirmar a primazia dos Gregos ante as demais civilizações, formulou a hipótese de que certas raças são por natureza livres desde o berço, enquanto outras são escravas. Porém, nem todos os membros da

civilização helênica assim pensavam. Encontramos em Cícero, um pensamento divergente já que para ele, em certa fase de sua produção, “Os homens diferem em conhecimento, mas são todos iguais na capacidade de aprender, não há nenhuma raça que, guiada pela razão, não possa chegar à excelência” (Juan Comas - 1970). Aqui, temos de ressaltar que, posteriormente, o próprio Cícero descreve os Celtas da Bretanha como “nescios e incapazes de aprender” (Juan Comas - 1970). Tal inconsistência na forma de pensar as diferenças étnicas até hoje se faz presente. Assim vemos a humanidade desenvolver e sedimentar diferenças que nem sempre tiveram como mote o modelo físico. Além dos quesitos étnicos, temos também diferenças religiosas e de classes; o que mostra um novo caminho para a diferenciação dos seres. Tal direcionamento passou a ser buscado já na Idade Média, período no qual várias séries de teorias foram criadas a fim de justificar a segregação. Se observarmos bem, o clima da época era propício a tal produção de “conhecimentos” já que, com o início da colonização africana, a descoberta da América e do caminho para as Índias houve o aumento e sedimentação dos preconceitos. Isto, portanto, reflete um conteúdo sempre presente nas relações de dominação. Assim foi nos tempos da antiguidade, Idade Média e na modernidade. Seu significado representa o fiel que equilibra a balança dos regimes constituídos. Crescem então, na Europa, estudos que procuravam sedimentar os pressupostos de dominação. Verificamos ser, a obra de Aristóteles, a condutora do processo de busca e afirmação das diferenças. Em 1510 o dominicano escocês John Major escreveu que: “a própria ordem da natureza explica o fato de que alguns homens sejam livres e outros escravos. Esta distinção deveria existir no interesse mesmo daqueles que estão destinados a comandar ou a obedecer” (Juan Comas - 1970)

Com esta questão vinda do período helênico torna-se, então, tema de estudos por parte de vários autores. Dentre eles podemos citar Juan Ginés de Sepúlveda (1550), que, em uma tentativa de justificar a escravidão e, baseado na hipótese de Aristóteles, admite “a inferioridade e perversidade naturais do aborígene americano”, afirmando serem estes “seres irracionais” e que “os índios são tão diferentes dos



espanhóis como a maldade é da bondade e os macacos dos homens” (Juan Comas - 1970). David Hume (1711-1776) escreveu: “Estou propenso a crer que os negros são naturalmente inferiores aos brancos” (Juan Comas - 1970).

Renan (1823-1092) se recusou a aceitar a hipótese da igualdade dos homens. Taine (1828-1893) negou que “gregos, bárbaros, hindus, o homem da renascença e o homem do século XVII fossem todos forjados no mesmo molde” (Juan Comas - 1970). Não poderíamos deixar de citar, neste processo, a apropriação, distorção e adaptação da teoria darwiniana por parte de muitos que, no afã de atender aos interesses vigentes criaram o “Darwinismo Social”. Nele, foram estabelecidos privilégios sócio-econômicos que não tem quaisquer relações com os princípios puramente biológicos de Darwin. Herbert Spencer (1820-1903) aplicou à sociologia o “princípio da sobrevivência do mais capaz”, idéia que também foi utilizada por Nietzsche (1844-1900) na criação do “super-homem” com o qual se comparava com o mais capaz. Neste sentido os conceitos da biologia representaram, nas mãos dos “pensadores” aqui citados uma consistente fonte para a afirmação das diferenças.

Para o estabelecimento de diferenças étnico-sociais é necessário que se defina e descreva o tipo o que significa construir um mito racial. Assim podem ser ativadas as várias estruturas de relação entre os participantes de um cenário. Por isso, são muitos os trabalhos que desenvolvem teorias no sentido de confirmar caracteres físicos que reafirmem ser, o tipo analisado, inferior ou superior. H. L. Gordon (1933) afirma que a deficiência cerebral congênita é uma característica dos negros do Quênia, resultante também, no seu modo de ver, do volume do crânio e da diferença de conformação do cérebro do negro. Hankins afirma que o volume do cérebro é menor no negro e conclui que este é mentalmente inferior. Além disto encontramos pressupostos construídos em função de características que envolvem odor e prognatismo para acentuar a inferioridade biológica dos africanos.

Como fato recorrente desta forma de pensar lembramos que até pouco tempo, negros eram avaliados em função do tamanho de suas canelas ou pela disposição de seus dentes. As

investigações de Leaky na África e de Steggerda entre os negros da Jamaica mostraram que a sua capacidade craniana não é inferior, é, até mesmo superior, em alguns casos, à dos homens brancos. As obras de Sergi sobre os negros e de Kappers sobre os chineses confirmam estas importantes conclusões e destroem a injusta afirmativa de que a alegada inferioridade intelectual do negro se dê pelo fato de que seu cérebro apresente menor volume e estrutura menos complexa.

A teoria que podemos utilizar para justificar tais diferenças se estabelece na forma de características primitivas somáticas que “representam um estágio evolutivo mais adiantado no negro do que no branco”. Ruth Benedict afirma que “nenhuma raça pode advogar com exclusividade o direito de representar o estágio final da evolução humana; não há argumento válido que confirme que certas características especiais possam indicar a superioridade da raça branca” (Juan Comas - 1970). A dinâmica dos estudos científicos aliados a pareceres como o de Lord Olivier (1905), “O negro está progredindo e isto aniquila todos os argumentos do mundo de que não seja capaz de progredir” (Juan Comas - 1970), deveriam colaborar para a erradicação do preconceito baseado no tipo, mas como demonstraremos mais adiante, as raízes da discriminação são mais profundas e, portanto mais sedimentadas.

Após a identificação e designação dos inferiores se fez necessária a busca pelo tipo superior. Este processo foi desenvolvido dentro da própria raça branca e visava criar hierarquias biológicas e psicológicas em uma tentativa de justificar, mais uma vez, novos direitos de conquista, dominação e opressão dos integrantes desta casta mais reduzida. O arianismo ou nordicismo elevou-se como doutrina de superioridade racial, sendo fonte de uma série de mitos secundários tais como o germanismo na Alemanha, o anglo-saxonismo na Inglaterra e o celtismo nos Estados Unidos e França. Neste momento há uma mudança no foco segregacionista. Isto talvez tenha se dado em função das evoluções científicas, já que o mito estava sendo desfeito. A investigação e a descoberta da origem dos arianos seria uma forma de estabelecer além do tipo um componente muito mais importante: o componente social.



Aqui temos o cerne da questão que até hoje nos afeta, sejamos nós negros, brancos, pardos, índios, amarelos ou miscigenados. Neste sentido encontramos trabalhos realizados por vários “estudiosos”, dos quais podemos citar: Thomas Young (1813), W. Jones (1788), J. G. Rhode (1820), J. von Kalproth, Prichard (1831), F. Bopp (1833), F. A. Pott (1840), Max Muller (1861), J. J. d’Omalius d’Halloy (1848-1864), R. T. Latham (1862), Bulwer Lytton (1842), Adolphe Picquet (1859-1864), Benfey (1868), Louis Leiger (1870), J. G. Cunok (1871), D. G. Brinton (1890), K. F. Johanson (por volta de 1900), Peter Gilès (1922), V. Gordon Childe (1892), G. Kossina (1921) e outros que acreditaram poder definir a procedência dos arianos. Estes trabalhos, que invadem o século passado, servem como pano de fundo para a criação da doutrina ariana que seria adotada mais tarde pelo nazismo. Merece destaque a figura do Conde Artur de Gobineau que, nos passos do também conde Henri de Boulainvilliers (1658-1722), estimulou a criação de uma aristocracia de “sangue germânico” e formulou a doutrina do “arianismo” em toda a sua plenitude. Gobineau, ao tentar provar a origem nobre de sua família, estimulou um conceito não mais baseado no nacionalismo aristocrático, mas sim em parâmetros erguidos em função das classes, na defesa da posição aristocrata contra um proletariado bastardo. Segundo ele, sua “raça ariana” era uma “casta superior”, uma minoria seleta e privilegiada nascida para governar e dirigir os destinos das “massas inferiores” de mestiços em qualquer nação. Não fazia a defesa das raças nacionais, sustentava a “superioridade e pura descendência ariana da aristocracia” em qualquer país. Neste sentido, a “obra” do Conde Artur de Gobineau é recheada de conceitos e buscas que vão do campo biológico, passam pelo psicológico chegando ao campo filosófico.

Como fator analítico podemos avaliar os dois últimos campos citados como os mais importantes, já que estes têm influenciado de forma muito contundente a vida social de muitas etnias. Voltando a Gobineau e, utilizando seu modelo que será de grande valia para a análise das influências do “pensador” na civilização mundial, trazemos a descrição da figura do “modelo ariano”: elevada estatura, olhos azuis, o cabelo loiro e cabeças alongadas, bem como

as seguintes qualidades físicas: virilidade, nobreza inata, agressividade natural, serena objetividade, menosprezo às palavras inúteis e vã retórica, inteligência precisa, espírito de independência, rigor para consigo mesmo e para com os outros, senso de responsabilidade bem desenvolvido, grande perspicácia, tenacidade de vontade, qualidades de uma raça de líderes, homens de grandes empreendimentos e de idéias firmes. Além disso, este homem, segundo Houston Stewart Chamberlain (1899), genro de Richard Wagner e criador da raça teutônica, teria uma missão divina a desempenhar, chegando a dizer que “onde não penetra o elemento germânico não há civilização no sentido em que consideramos”. Estas e outras afirmações permeiam o discurso ariano fazendo com que em nome dele muitos equívocos, como por exemplo: os “gregos arianos” foram bem sucedidos nas artes, mas não possuíam o espírito de organização política como resultado da miscigenação entre sua raça e a semítica, contendo uma proporção de sangue negro. Pelo mesmo processo, Júlio César, Alexandre Magno, Leonardo da Vinci, Galileu, Voltaire, Marco Pólo, Roger Bacon, Giotto, Galvani, Lavoisier, Watt, Kant, Goethe e muitos outros são todos considerados “teutões”, e Napoleão é considerado provavelmente como descendente dos Vândalos. Outros grandes personagens da história são descritos como resultantes da fusão de “sangue teutônico” com a “raça escura sulista”; esta classe inclui homens como Dante, Rafael, Michelângelo e Shakespeare, apontados como “homens de gênio”, não por causa de seu “sangue mestiço” mas a despeito deste sangue. “Seus dons naturais representam a herança recebida da raça teutônica” (Juan Comas - 1970).

Referindo-se ao apóstolo Paulo, a quem procuravam incluir no “grupo ariano”, os escritores dessa escola concluíram que tão grande homem não podia ser um “judeu de sangue puro” e assim deram a entender que era filho de pai judeu e mãe grega. De Jesus, Waltmann diz; “Não há a menor prova de que seus pais descendessem de judeus; não havia dúvida de que os galileus tinham uma porção de sangue ariano; além do mais, o arianismo de Cristo é evidente em sua mensagem”, e mais além, “José não era seu pai, pois Jesus não tinha pai” (Juan Comas - 1970). Entretanto, quando o nazismo

de Hitler se opôs à igreja, nenhum teo-rista racial jamais ousou referir-se à origem “ariana” de Paulo e de Jesus Cristo. O reconhecimento das estruturas pelas quais se dá o preconceito nos proporciona muitos subsídios para que se possa caracteriza-lo: sempre existiu em nosso país. Embora tenhamos um país relativamente novo, se comparado a outros e com uma cultura em transformação, o Brasil possui traços dos movimentos segregacionistas ocorridos na Europa. Basta que avaliemos que a formação europeia é basicamente aristotélica e por isso carregada de conteúdos que sedimentam diferenças. No Brasil colonial foram inúmeras as uniões inter-raciais. O “colonizador” possuía autorização para unir-se às nativas gerando, assim, descendências mais puras. Isto se visto pelo prisma da limpeza étnica, demonstra uma estratégia que, mesmo que não intencional servia para estabelecer relações de dominação e enfraquecimento. Afinal, assim faziam os Gregos que colonizavam e criavam vínculos tão fortes com o povo dominado que sufocavam sua cultura, fazendo com que seus princípios resultassem únicos. Este foi o início da colonização no Brasil. Com a chegada dos escravos negros, os vínculos não mudaram e criou-se, então uma estrutura de branqueamento¹, que sob hipótese alguma pode ser considerada institucional e que serviu para estimular a criação de um tipo que, como demonstra o conflito no Haiti, era discriminado também pelos negros: o mulato. E é sobre ele que até hoje se constroem uma série de pressupostos raciais desabonadores. Neste sentido é importante ressaltar que as medidas postas em prática no Brasil só ficaram claras no Segundo Reinado onde podemos identificar uma série de ocorrências que demonstram tal fato.

Levantamentos feitos indicam que, em 1872, um ano após a lei áurea, o número de negros chegava aos 1,5 milhões e que em 1888 este número havia baixado para cerca de 500 mil. Este decréscimo, segundo fontes institucionais se deu em função do aumento da população livre, da miscigenação e da morte natural de muitos negros que, ingressando em uma complexa estrutura social, não suportaram e sucum-

¹ Estrutura de Branqueamento: Processo que visa modificar a etnia através de relacionamentos inter-raciais.

biram. A afirmação condiz com os pressupostos aqui descritos na filosofia de Nietzsche. Esta fórmula é aceitável ainda se definirmos que naquela época não havia um sistema confiável em termos de classificação racial. Tal visão vem sendo construída pelos tempos e até os dias de hoje encontra seguidores que vêem na miscigenação uma não aceitação, por parte dos negros, da negritude. Cabe salientar que este princípio não vem só do branco. Os negros também pensam desta forma. Retornando ao sistema adotado no Segundo Reinado, vemos ocorrendo paralelamente um processo não institucional que fragiliza e oprime e aniquila o negro naquilo que uma raça tem de mais importante: o amor próprio e a liberdade. Neste período temos dois fatos históricos muito relacionados ao estabelecimento das práticas segregacionistas: a guerra do Paraguai e a abolição da escravatura. No primeiro, temos grandes contingentes de negros indo para o campo de batalha sem possuírem quaisquer condições, motivados pela liberdade prometida ou pela imposição de seus senhores que mandavam seus escravos no lugar de seus filhos. Os batalhões de Voluntários da Pátria contavam com uma relação constituída de 45 escravos para 01 branco. Muitos pereceram nos campos de batalha a serviço do Reinado de Dom Pedro II, mas muitos outros pereceram nas atividades preparatórias para os combates, nos deslocamentos e até nas fazendas em que, em função da diminuição do número de escravos, eram obrigados a cumprir rotinas de trabalho desumanas bem como suportar severos castigos físicos. Com isso pode-se justificar o decréscimo no número de escravos entre os anos de 1872 e 1888.

Outro fator, a abolição representou dois golpes mortais para a estima dos negros no país. O primeiro determinou que, não tendo para onde ir, os negros permanecessem servindo à seus patrões, agora somente pela moradia e comida. Nesta situação o negro não sabia e nem podia lutar contra algo para o qual não estava preparado. O segundo golpe mortal foi a libertação propriamente dita. Esta, feita pela princesa Isabel, tornou os negros livres por uma ação de bondade de uma princesa que, ao reconhecer a injustiça da escravatura liberta seus negros. Esta estratégia criou uma dependência psicológica, se avaliarmos que os negros viam



tal libertadora como santa. É comum encontrar nos negros mais idosos uma certa veneração por esta figura que, conforme eles, deu a liberdade para os negros. Há que se salientar que esta libertação possuía motivos que não podem ser enquadrados como filantrópicos, sociais ou religiosos. Mas como ligar tais fatos aos pressupostos criados pelos arianos e que tiveram sua formatação definida por Gobineau? E como podemos afirmar ser o Brasil partícipe desta estrutura? Temos, mais uma vez, que nos lembrar que o século XIX foi permeado, na América Central e América do Sul por movimentos insurrecionais que buscavam a ocupação de espaços por parte da população mais necessitada. Destes, o que mais influenciou foi a revolta no Haiti. Naquele país houve uma revolta eminentemente racial, já que a maioria negra se levantou contra a minoria branca. Isto só foi possível pela atuação de líderes possuidores de conhecimentos adquiridos no continente europeu. Acendendo em toda a América Latina um sentimento de temor quanto às populações negras e medidas foram tomadas no sentido de impedir a entrada de negros em muitos países, inclusive no Brasil. Observa-se que em alguns países de língua espanhola, o contingente de negros é diminuto. Muitos acreditam que nosso país não tenha sido atingido por tais acontecimentos o que não é verdade se observarmos o que Luís Alves de Lima e Silva (1862), o Duque de Caxias, ao escrever ao Rei coloca:

...à sombra dessa guerra, nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade; e tenha lugar a uma guerra interna, como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil, e desaparece dele a escassíssima e diminuta parte branca que há. (www.infonet.com.br/canudos/osonho.html)

Portanto, não há como negar a existência de temor quanto à superioridade numérica dos negros no Brasil. Ao resgatarmos tal temor podemos identificar os rumos que os integrantes do Segundo Reinado iriam dar aos assuntos ligados à escravatura. Mas este fato por si só não representa o auge da questão. Há um outro componente bem mais sério a nortear o pensamen-

to segregacionista, intimamente ligado aos pressupostos arianos. Avaliando a figura de nosso regente encontramos um homem voltado para a cultura, empenhado na criação de sistemas educacionais, relacionado com o mundo e responsável por muitos espaços culturais até hoje vigentes no país. Este estadista, pela proximidade de seus objetivos pode até enquadrar-se na descrição do ariano proposta por Gobineau e seus seguidores. Seus atributos e sua linhagem favorecem esta comparação. Revendo a vida de Dom Pedro II, encontramos uma forte ligação com o Conde Artur de Gobineau, e mais, como mecenas, nosso Regente auxiliou na carreira de Richard Wagner. Sobre Wagner há que se dizer que serviu de modelo na composição do super-homem de Nietzsche já que o autor nutria por este uma veneração incomum. Talvez, por este motivo, o compositor tenha sido adotado pelo III Reich em um compilação aliado a presença de Gobineau em nosso país, exercendo as funções de Cônsul da França, fomenta vários questionamentos no que se refere à relação existente entre o poder e o povo negro.

Desta forma os afrodescendentes vêm acompanhando a evolução deste país. Nem sempre o elemento negro foi bem vindo nestas terras. Este indicativo parece apontar para épocas remotas e distantes, contudo encontramos registros que comprovam que até há pouco tempo o país possuía um controle institucional no que se refere ao elemento negro. É o que descreve o decreto publicado em 28/06/1890:

Declara livre a entrada no país de indivíduos aptos para o trabalho, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. (Hasenbald – 55)

Pela data podemos julgar que tal redação compõe um aspecto histórico consideravelmente coerente com a vida da nação. Neste período a entrada ao país estava sendo franqueada aos colonos europeus o que servia para “qualificar” e “purificar” etnicamente o país. Com o país crescendo e evoluindo em direção à modernidade tal texto teve de ser modificado ficando assim a redação do decreto de 18/09/1945:

Todo o estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei. Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes de sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional. (Hasenbald – 55) .

Notamos que tal documento não é tão antigo assim. Por ele, podemos ter a idéia de que institucionalmente, o País empenhou-se em negar aqueles que foram utilizados como mão-de-obra escrava.

Toda esta avaliação histórica possibilita que vejamos com outros olhos as questões que constroem o preconceito em todas as suas nuances. Dizer que sua estrutura pode ser vencida com boa vontade, leis severas, valorização da negritude enquanto grupo social é, antes de tudo reascender a chama insurrecional o que, historicamente, tem levado nações a conflitos internos e externos. A análise do preconceito deveria centrar-se nos vieses subliminares, nos aspectos psico-filosóficos já que como pudemos verificar muitos dos que “pensaram” o preconceito ativaram conceitos filosóficos para dar legitimidade à suas proposições. Tal fato se explica o acontecimento de que raças subjugadas subjugam seus desiguais.

A erradicação deste mal deve ser perseguida individualmente e de dentro para fora retirando a irracionalidade deste ato. Neste sentido a ciência tem colaborado para o desmanche de muitos conceitos. Dentre muitos, o mais importante foi o conceito de raça. Alan Templeton, biólogo americano de Washington University of Saint Louis declara que:

Os genes, unidades que carregam todas as informações sobre o organismo de um ser humano, determinam as características físicas. Mas as partículas que definem a cor do cabelo ou o formato do rosto são tão poucas que perdem seu significado quando comparadas ao número total de genes. A cor da pele de uma pessoa pode representar uma adaptação biológica a certas condições geográficas ao longo de sua evolução. Na região de origem dos negros, por exemplo, o sol é bastante forte. Como o excesso de energia solar prejudica o organismo, a cor negra protege a pele contra os raios nocivos. Não importa se há diferenças na cor da pele, nas

feições do rosto, na estatura ou origem geográfica. geneticamente, somos todos são iguais. (Templeton, 2000. p.32)

Estes estudos servem para desmistificar todas as teorias reunidas desde a antiguidade e estabelecer um relacionamento mais íntimo entre as pessoas. Com isto vemos mais concreta a teoria da raça cósmica criada pelo professor José Vasconcellos, da Universidade do México (2000) nela, o professor vislumbra o crescimento de uma sociedade baseada na integração dos povos, o que criaria novos padrões culturais e étnicos, padrões estes calcados no amor e na aceitação mútua. Pensando assim, temos a certeza de que as etnias extinguir-se-ão, resultando uma massa consciente de seu passado histórico e perfeitamente integrada. Para muitos talvez isto não seja possível e tal qual a Utopia de Platão resulte inverossímil. Mais uma vez utilizamos a ciência para corrigir alguns equívocos históricos. Estudos filogeográficos com brasileiros brancos revelam um padrão direcional: a imensa maioria das patrilinhagens é européia, enquanto que a maioria das matrinhagens (cerca de 60%) é ameríndia ou africana. Estes fatos vistos de maneira mais acurada podem denotar, embora muitos não aceitem, a eclosão dos pressupostos trabalhados pelo Professor Vasconcellos.

Os processos históricos denotam uma evolução paulatina dos grupos sociais. Dentro destes, o crescimento depende dos perfis que vão sendo construídos pela sociedade. No caso dos negros brasileiros o que se verifica é que seus integrantes ainda não se libertaram dos sentimentos de dependência e autocomiseração. Isto faz com que não se sintam estimulados a lutar contra os processos históricos que determinam sua estagnação social. Embora não pareça, o negro ainda sofre uma forte carga dos pressupostos criados no século XIX. No Brasil, mais especificamente, seus traumas foram acelerados e tanto a diáspora como a Passagem Média colaboraram para que os afrodescendentes não pudessem organizar uma sociedade forte e capaz de suportar os horrores da escravidão. Dizer que isto seria impossível é desprezar o imenso esforço que os Judeus realizaram para a manutenção de seu Estado.

Incertezas e desconfianças são fatores pre-



sententes na vida cotidiana desta etnia que vem, através dos tempos, acumulando fatores psicossomáticos que a levam a responder positivamente aos pressupostos negativos construídos pela sociedade que a abriga. Isto se manifesta na criação de grupos fechados em que a etnia é valorizada em função do grupo, ou seja, seus integrantes se portam e se vestem de acordo com a norma destes grupos. Certamente, estes não representam a maioria e que, de certa forma, tentam resgatar as raízes da negritude. Todavia, tem de ser feito de dentro para fora. De forma consciente. Através do estudo e da valorização do homem e da mulher negra, através da estimulação da criança negra que ao despertar para a diferença possa aprender sobre o seu passado e ver que pessoas adultas possuidoras de pele igual a sua, interagem e valorizam esse mundo como seu. Nossa etnia somente alcançará a liberdade através das crianças, que subsistirão e evoluirão andando sobre os escombros das barreiras construídas por brancos e negros, por pobres e ricos e por reis e plebeus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AURÉLIO, Dicionário Eletrônico. *Século XXI. Multimídia: versão 3.0*
- COMAS, Juan. *Os Mitos Raciais. Raça e Ciência I*. São Paulo. Editora Perspectiva S/A:1970.
- COSTA, Antonio Fernando Gomes da. *Guia para Elaboração de Relatórios de Pesquisa/Monografias*. Rio de Janeiro. Editora UNITEC: 1993.
- DUNN, L.C. *Raça e Biologia. Raça e Ciência II*. São Paulo. Editora Perspectiva S/A:1972.
- HASENBALG, Carlos A. *Notas sobre Relações de Raça no Brasil e na América Latina*. Encontros Latino-Americano sobre Gênero e Raça. São Paulo: 1992.
- HASENBALG, Carlos A. *Encontro Latino Americano sobre Gênero e Raça*. 1992. São Paulo e Rio de Janeiro. Y nos Otros Latino-americanos? Estudo Sobre Gênero e Raça. Org. Eloísa Buarque de Hollanda – São Paulo. Fundação Memorial da América Latina.
- MOVIMENTO POPULAR E HISTÓRICO DE CANUDOS. www.infonet.com.br/canudos/osonho.html
- PENA, D. J. e OUTROS. *Retrato Molecular do Brasil*. Revista Ciência Hoje. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Rio de Janeiro, vol 27, nº 159/Abril:2000.
- SHAPIRO. *O Povo da Terra Prometida*. Raça e Ciência I. São Paulo. Editora Perspectiva S/A:1970.
- SILVA, Luiz Eron da. *Reestruturação Curricular: Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais*. Porto Alegre. Editora Sulina:1996.
- SKIDMORE, T. Q. *O Negro no Brasil e nos Estados Unidos*. Argumento, Revista Mensal de Cultura: 1973.
- VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica. Misión de la Raza Iberoamericana*. Lunes: 17/04/2000.